

A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Fernanda Gonzaga Louça¹, Mônica Franchi Carniello², Marilsa de Sá Rodrigues Tadeucci³

¹ Mestrando em Gestão e Desenvolvimento Regional - Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional - PPGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP – Brasil – fernandagl@uft.edu.br

² Professora do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional - PPGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP – Brasil – monicacarniello@gmail.com

³ Professora do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional - PPGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP – Brasil - marilsatadeucci@hotmail.com

Resumo: A instalação de uma instituição universitária ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto econômico, político, social, cultural e histórico, assumindo importância singular no processo de desenvolvimento regional. A universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendo processos de inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e cultura, ocupando lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico. As universidades sempre deram uma significativa contribuição para o desenvolvimento das nações. Entretanto, a preocupação com a sua contribuição para o desenvolvimento regional é recente e deriva de alguns fatores importantes: um intenso processo de globalização, um novo olhar sobre a competitividade das regiões, e uma nova interpretação acerca dos sistemas regionais de inovação. Dentro desse contexto, o engajamento das universidades com outros atores na região emerge como uma peça-chave capaz de fornecer respostas às necessidades da região. O foco deste trabalho está centrado na contribuição da Universidade Federal do Tocantins para o desenvolvimento regional do Tocantins – estado que integra a Amazônia legal -, tendo o município de Gurupi no sul do Estado do Tocantins como parâmetro para este estudo.

Palavras-chave: Universidade. Educação. Desenvolvimento Regional.

Área do Conhecimento: Desenvolvimento Regional

Introdução

Na medida em que o desenvolvimento da sociedade foi-se intensificando em função dos processos de urbanização, industrialização, cultura e modernização, diversificaram-se também as relações, as formas de viver e os processos culturais, políticos e sociais. Com a mesma intensidade, a procura por educação nas mais diversas especialidades e modalidades passou, igualmente, por ampliação e por novas exigências.

Nessa nova teia de relações estão inseridos os processos educativos, que se tornam influenciáveis por determinantes globais, nacionais e locais. Para compreendê-lo, uma nova percepção, baseada na exploração de novos tipos de raciocínio e relacionando os diversos saberes.

A construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e

cultural dos seus alunos requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Em função de ser a universidade o *locus* da investigação, da reflexão e da criação, ela constitui-se elo estratégico da cadeia cooperativa com outras instituições, no processo de desenvolvimento dos setores científico-culturais e produtivos. Nessa perspectiva, a lógica a qual é pautada o ensino da Universidade Federal do Tocantins é produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável à interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da

sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. A Universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos de inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e cultura ocupando lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico.

Metodologia

Dentre os tipos de pesquisa optou – se pela modalidade exploratória, por permitir melhor compreensão dos objetos de investigação. A pesquisa teve como base o levantamento bibliográfico e documental através das legislações, das avaliações institucionais, projeto pedagógico institucional e regimento interno da universidade e, através do embasamento teórico foi feito um levantamento da importância de uma instituição de ensino superior para o desenvolvimento sustentável no contexto nacional, regional e local.

A pesquisa bibliográfica, que para este estudo é compreendida como ponto de partida para a análise de referenciais teóricos obtidos, segundo Marconi e Lakatos (2008) mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Para análise dos dados foi utilizada a abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de técnicas interpretativas que objetiva descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (RICHARDSON, 2008).

Universidade e Região

Ao encontrar caminhos que conduz às transformações em direção à melhoria da qualidade de vida das sociedades, cabem às universidades à articulação entre saber científico e realidade. A multiplicidade de funções exige das instituições universitárias sua adequação às dinâmicas sociais específicas de cada localidade.

Devido às suas características de instituição multifuncional, Icó e Fialho (2000, p. 114-116) dizem:

A universidade, que em muito contribuiu para o avanço da ciência e da tecnologia – as quais servem, inclusive, de sustentação direta para o atual padrão de desenvolvimento – tem, diante de si, desafios ainda maiores como os de lidar com os efeitos que o próprio desenvolvimento vem imprimindo sobre a vida social, o meio ambiente e as pessoas.

No processo de instalação de instituições universitárias em determinados espaços geográficos, estabelece-se um conjunto de interesses onde estão em jogo relações de poder e hegemonia, sob o ponto de vista político e econômico.

A articulação entre universidade e o contexto regional remete à consideração de que a localização geográfica constitui-se um importante indicador da inter-relação existente entre os fatores que particularizam as instituições universitárias, quando analisadas os seus contextos locais.

Acerca da construção do conceito de região, o qual revela seu caráter polissêmico sob diversos enfoques epistemológicos, resultando em amplo leque conceitual do fenômeno regional. Santos (1997, p. 45) afirma que estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, dentre outros. com seus mais distintos níveis de contradição. Por essas razões serão levados em consideração aspectos infraestruturais: materiais e sociais, impactos sobre comportamentos individuais e coletivos, sobre a economia, cultura, política e história na implantação de instituição de ensino superior em um local determinado.

Pode-se inferir que a região de influência contribui sobremaneira para a sustentação das ações da universidade, à qual cabe a função precípua de articulação entre o saber científico e a realidade, a fim de que o conhecimento consubstanciado nas experiências científicas seja universalizado.

As organizações contemporâneas exercem influência cada vez maior sobre as condutas individuais, sobre a natureza, as estruturas socioeconômicas e a cultura, o que as leva a transformar em elementos-chave das sociedades, contribuindo para a formação de uma ordem social mundial (CHANLAT, 1992).

Ampliar o foco das discussões sobre a crescente importância das instituições regionais e seus resultados em aportes para o desenvolvimento regional não reduz a problemática da educação superior.

Sistema de Ensino Superior no Brasil

No início do Século XIX, surge a Universidade no Brasil, elas despontam em momentos conturbados e são basicamente fruto da reunião de institutos isolados ou de faculdades específicas, fato que lhes deu uma característica bastante fragmentada e frágil.

As universidades brasileiras possuem enormes diferenças históricas se comparadas às instituições dos outros países, elas são bem mais

jovens, do que as instituições de ensino superior dos países europeus, norte americanos ou latino-americanos. Resultam da demanda do mercado que sinaliza para a necessidade de formação de profissionais com qualificação fundamentalmente em áreas das engenharias, medicina e direito. Inicialmente estavam localizadas em grandes centros econômicos.

Destacaremos alguns momentos importantes na história da educação superior no Brasil:

Inicialmente, eram instituições extremamente elitistas, com forte orientação profissional.

No interstício dos anos de 1930 e 1964, foram criadas mais de 20 universidades federais no Brasil. O surgimento das universidades públicas marcou a forte expansão do sistema público federal de educação superior. Nesse mesmo período, surgem algumas universidades religiosas.

- Uma terceira fase da evolução da educação superior brasileira se inicia em 1968, com o movimento da reforma universitária, que tinham como base a eficiência administrativa, estrutura departamental e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.
- Na década de 70, impulsionou o desenvolvimento de cursos de pós-graduação no Brasil e a possibilidade de realização de cursos de pós-graduação no exterior, capacitando assim o corpo docente brasileiro.
- Com a constituição de 1988, passaram a normatizar a educação superior. Havia a necessidade de flexibilização do sistema, redução do papel exercido pelo governo, ampliação do sistema e melhoria nos processos de avaliação com vistas à elevação da qualidade.
- Lei de Diretrizes e Bases criada em 1996.

Nesse contexto, surgiram e desenvolveram-se as instituições de ensino superior no Brasil, buscando atender o mercado que solicitava profissionais qualificados, ao mesmo tempo em que buscava criar sua própria identidade enquanto sistema de educação.

O Sistema de Ensino Superior no Contexto Atual

O Brasil é a décima maior economia do mundo, possuindo dimensões de proporções continentais, sua extensão territorial equivale a 8,5 milhões de quilômetros quadrados, e sua população ultrapassa os 193 milhões de habitantes.

Nessa realidade, estão inseridas as instituições de ensino superior, que compõem um sistema complexo, diversificado e em constante mudança e expansão.

Para que se possa analisar o sistema de ensino superior brasileiro, tem-se que entender as divisões e classificações que lhe são atribuídas. É necessário destacar as peculiaridades na nomenclatura das instituições de ensino superior, uma vez que as definições nem sempre dão conta da missão e do caráter das instituições e, porque nem todas as instituições são universidades.

Então se torna necessário entender algumas classificações, a fim de que se possa identificar a missão e a finalidade de cada instituição, dentro das diferentes realidades nas quais elas estão inseridas.

O Ministério de Educação do Brasil classifica da seguinte maneira:

- Públicas (federais, estaduais e municipais);
- Privadas (comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares).

Tal definição esta relacionada às formas de financiamento com que cada um dos modelos estão inseridos. O financiamento do ensino superior no Brasil caracteriza-se, de um lado, pelas instituições de ensino superior que dependem para sua manutenção, fundamentalmente da assistência do poder público, via orçamento. Na prática, o Governo tem subsidiado alguns setores do sistema privado, através do apoio a atividades de pesquisa e pós-graduação e mediante um sistema intermitente de crédito educativo (MEYER Jr, 1991; SCHWARTZMAN, 1996). As instituições públicas federais colocadas nessa categoria utilizam recursos públicos para a sua manutenção, já que nelas o ensino é gratuito.

No entanto, mesmo diante de considerações dessa complexidade, o atual sistema de ensino superior brasileiro se organiza e, regido pela LDB, da mesma forma que se classificam de acordo com o tipo de financiamento, as instituições de ensino superior podem ser identificadas de acordo com a sua organização acadêmica (definidas em lei, Decreto n. 3.860 de 9 de julho de 2001), ou seja:

- Universidades
- Centros universitários
- Faculdades e Faculdades integradas
- Institutos e escolas superiores
- Centros de educação tecnológica

Universidades

De acordo com a Constituição Federal, as Universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Tal exigência não existe para as outras formas

institucionais de ensino superior, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996.

O modelo único de universidade brasileira, definido pelo postulado da indissociabilidade do ensino, pesquisa e da extensão surgiu no contexto desenvolvimentista, através do qual se esperava que a universidade promovesse a superação do atraso científico e tecnológico do País. Diante disso buscou-se o modelo nascido no início do século XIX com Humboldt na Universidade de Berlim, e acolhido por diversas universidades mundo afora (CASTRO, 1998; SCHWARTZMAN, 1996), cuja intenção foi a de evitar o isolamento das atividades de ensino e pesquisa.

O princípio da indissociabilidade do ensino e da pesquisa foi instituído no Brasil, em termos legais, pela primeira vez, na Lei nº 5.540/68. Na Constituição de 1988 acrescentou-se, também, a vinculação das atividades de extensão, com o objetivo de favorecer, ao restante da sociedade, a difusão das tecnologias e conhecimentos produzidos pelas instituições universitárias (CASTRO, 1998).

A LDB também dita que as universidades são instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, investigação, extensão, domínio e cultivo do saber humano. Devem possuir:

- I. produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto das necessidades de nível regional e nacional;
- II. um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado;
- III. um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

A universidade tem autonomia didática e científica, bem como autonomia administrativa e de gerenciamento de recursos financeiros e do patrimônio institucional. Quanto à autonomia para a abertura de novos cursos, o marco legal determina que as universidades estejam dispensadas de solicitar ao poder público autorização para abrir novos cursos superiores.

Procurando atender à demanda do mercado de trabalho e, em conseqüência, dos avanços e das transformações das necessidades e da realidade da educação e dos novos cenários e contextos, as instituições de ensino superior preparam-se para acompanhar essas transformações.

Universidades e Desenvolvimento Regional

Em todos os países desenvolvidos do mundo, o ensino superior é um dos principais pilares de

sustentação do desenvolvimento econômico, social e cultural. Ao longo dos séculos, o papel das universidades sempre esteve afeto à sua utilização pela sociedade como instrumento de desenvolvimento e progresso.

A universidade tende a ser assimilável a investimento externo, eventualmente público, proporcionando à região importantes instrumentos de desenvolvimento. Sendo um *locus* privilegiado onde os participantes do processo educacional interagem, desenvolvendo e adquirindo conhecimentos e habilidades, com o objetivo de entender e agir sobre a realidade que os cerca. O papel da universidade, nesse contexto, deve traduzir-se em seu efetivo compromisso com a solução dos problemas e desafios de seu contexto econômico-social.

A universidade pública, principalmente, deve-se pautar sua atuação no tripé ensino-pesquisa-extensão, norteando-se por rigorosos critérios de qualidade, pelo espírito constante de auto-avaliação, pela atualização permanente, pela diversidade de opiniões, pela visão de prestação de serviços à comunidade onde atua.

Segundo a UNESCO (1995), a educação superior tem a dar uma contribuição significativa ao progresso da sociedade, deveria ser percebida, tanto pelo estado como pela sociedade em geral, não como um custo para o orçamento público, mas sim como um investimento nacional em longo prazo que aponte para um maior desenvolvimento cultural, uma maior competitividade econômica e uma coesão social mais forte.

De fato, não é raro hoje se constatar quantos sucessos econômicos, financeiros, industriais, técnicos, científicos e culturais de um país podem ser diretamente associados às organizações públicas.

No tocante ao desenvolvimento tecnológico, as universidades públicas, sobretudo as federais, são responsáveis por quase todas as pesquisas de ponta realizadas no Brasil. O modelo de industrialização do país gerou um sistema que concentra a capacidade de pesquisa nas universidades e institutos públicos, ao contrário dos países desenvolvidos, onde os sistemas de inovação articulam agentes públicos e privados para a viabilização da inovação dentro do setor produtivo.

Diante do exposto propomos analisar as contribuições advindas da Universidade Federal do Tocantins, instituição de ensino superior gratuito, na implementação do desenvolvimento regional do Estado do Tocantins e mais precisamente no município de Gurupi.

Histórico da Universidade Federal do Tocantins

A Fundação Universidade Federal do Tocantins, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Iniciando suas atividades em maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins - UNITINS, mantida pelo estado do Tocantins.

A história desta instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa um grande marco ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural, econômico e ambiental da Amazônia legal.

A Universidade Federal do Tocantins é uma universidade multicampi, estando os seus sete *campi* universitários localizados em diversos municípios, em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, contemplando as suas diversas vocações e contribuindo assim para o desenvolvimento local e regional.

A Universidade Federal do Tocantins no Contexto Regional

A Universidade Federal do Tocantins tem como meta consolidar-se em um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional. A inserção da Universidade Federal do Tocantins nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação e programas de pós-graduação ao quais produzem conhecimentos e formação de mão de obra qualificada.

Psachanopoulos (1996), segundo o qual há evidências tradicionais da forte relação causal da educação com o crescimento econômico social de uma Nação, pois nenhuma sociedade moderna pode se desenvolver e manter o processo de desenvolvimento sem encorajar o aperfeiçoamento de recursos humanos.

Diante da necessidade de se ter recursos humanos qualificados para que se possa auferir desenvolvimento local a Universidade Federal do Tocantins deixa bem evidenciado seu comprometimento com o progresso desta região. Sendo a sua missão: produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e

profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Seguindo este mesmo conceito da influência exercida pelas instituições, Perrow (1970) argumenta que há uma tendência a esquecer ou negligenciar o fato de que as organizações têm um potencial enorme que afeta a vida de todos os que entram em contato com elas.

O Tocantins se caracteriza por ser um estado multicultural e heterogêneo e desafia a Universidade Federal do Tocantins a promover práticas educativas oferecendo diferentes cursos de acordo com as necessidades e a realidade local e levando-se em consideração a vocação de cada município promovendo assim o desenvolvimento científico-cultural permitindo ao aluno uma formação integral em diversas áreas: Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal do Tocantins buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do estado e as peculiaridades dos municípios onde a mesma esta inserida. Demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade.

Considerando a tendência do estado para a produção de grãos, frutas e a expansão do mercado de carne, a Universidade Federal do Tocantins desenvolve pesquisas para a adoção de novas tecnologias nestas áreas que beneficiará tanto o pequeno quanto para o grande produtor, buscando-se uma agropecuária sustentável.

Tendo em vista a riqueza da biodiversidade desta região e a interferência das mudanças climáticas na preservação dos ecossistemas locais, a Universidade Federal do Tocantins viabiliza estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins: Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga.

Diante da diversidade cultural e da heterogeneidade da população a Universidade federal por ser uma instituição inclusiva oferece uma educação contextualizada para os indígenas e para o público específico da terceira idade.

A Universidade Federal do Tocantins desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos, buscando fontes de energias alternativas, socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas, atendendo às demandas da Amazônia Legal.

Análise dos Resultados

Objetivando plena consolidação de sua missão institucional a de formar profissionais qualificados

e capacitados no desenvolvimento sustentado do Tocantins e da Amazônia Legal, a Universidade Federal do Tocantins executa suas atribuições educacionais, de pesquisa e extensão, mediante uma política de interiorização das atividades acadêmicas; baseada, por conseguinte, numa estrutura *multicampi* presente em sete municípios do Estado.

Diante do exposto propõe-se analisar as contribuições advindas de uma instituição de ensino superior na implementação do desenvolvimento regional e local, tendo como pressupostos os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos por esta instituição, gerando mão-de-obra qualificada de acordo com a vocação de cada município onde a mesma esta instalada.

A Universidade Federal do Tocantins desempenha diversas funções em prol do desenvolvimento regional e da redução das disparidades econômicas e sociais locais, sendo elas: aumento da oferta de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação; formação de recursos humanos com maior foco nas especificidades empresariais e regionais; fortalecimento da cultura regional; estímulo à interação universidade-empresa; intensificação de pesquisas em áreas estratégicas a fim de que se consiga o desenvolvimento regional sustentável.

Conclusão

As instituições de serviços públicos conviveram em ambiente não competitivo por muito tempo. Com as recentes iniciativas de privatização, não apenas no Brasil, mas no mundo todo, profundas reformulações têm sido requeridas dessas organizações.

Como parte integrante desse cenário, as universidades federais, não obstante à sua natureza, têm sentido um forte impacto. Na medida em que aumenta a competição eleva-se o nível de exigência em relação à universidade pública, por parte dos contribuintes, das empresas, dos alunos, como também do governo - através do ministério da educação, se torna cada vez maior, requerendo, conseqüentemente, novas capacidades no sentido de assegurarem seu sucesso na busca de sua missão.

O papel essencial das universidades e organizações públicas de pesquisa no âmbito dos sistemas de inovação é sua atuação como veículos, por meio dos quais, os países em desenvolvimento são capazes de ganhar conhecimento e competência sobre as tecnologias industriais dos países desenvolvidos. Contudo vale ressaltar que a pesquisa pública só é efetiva quando a proximidade com as demandas dos usuários para a solução de problemas e para o

aproveitamento de oportunidades de interesse econômico de médio e longo prazo (MAZZOLENI; NELSON, 2007)

Referências

CASTRO, Marcelo L. O.de. **A Educação na Constituição de 1988 e a LDB**. Brasília: André Quicé, 1998.

CHANLAT, Jean F. **Por uma Antropologia da Condição Humana nas Organizações**. Título original. Vens une Anthropologie de L'organisation. Trad. e Adaptação de Ofélia de L. Torres. São Paulo: Atlas, 1992.

ICÓ, J. A.; FIALHO, N. H. **Universidades estaduais, emprego e desenvolvimento**. Revista Baiana de Tecnologia TECBAHIA, Salvador, v. 14, n. 3, p. 112-117, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAZZOLENI, R.; NELSON, R. (2007) **Public research institutions and economic catchup**. *Research Policy*, v. 36, n. 10, pp. 1512-1528.

MEYER JR., Victor. **Financiamento do Ensino Superior no Brasil: reflexões sobre fontes alternativas de recursos**. Série Estudos. Bragança: Editora do Instituto Politécnico de Bragança, 1991.

PERROW, Charles. **Organizational Analysis**. Belmont, Cal: Wadsworth Publishing Co, 1970.

PSACHAROPOULOS, George. **La Contribución de la educación al crecimiento económico: comparaciones internacionales**. In: PLANAS, E. O. (org): *Economía de la Educación*. Barcelona: Editora Ariel S/A, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.
SANTOS, M. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. **O Ensino Superior no Brasil: a busca de alternativas**. Brasília: Educ. Brasileira, 18(37), 2º Sem. de 1996, p. 11- 45.

UNESCO. **Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior**. Caracas: UNESCO, 1995.